

A REELABORAÇÃO DAS SOCIABILIDADES URBANAS FAMILIARES. O CASO DO BAIRRO SOCIAL DA ATOUGUIA

Maria Engrácia Leandro, Alexandrina Maria Xavier Cerqueira, Susana Maria Jardim de Nóbrega, Universidade do Minho

A questão das sociabilidades e das solidariedades urbanas, no quadro dos bairros sociais das periferias das cidades portuguesas, entre outros aspectos, terá que ser apreendida no quadro das grandes mutações sociais e económicas e da mobilidade sócio-geográfica que se têm operado em Portugal, ao longo dos últimos decénios.

As crónicas assimetrias entre o litoral e o interior, o meio urbano e o meio rural e as profundas alterações nos sectores da actividade produtiva, com particular destaque para uma diminuição da população activa no sector primário ao invés do terciário, têm feito aumentar o caudal das migrações internas em busca de melhores condições de vida em direcção às cidades do litoral. A estes factores juntam-se ainda os que decorrem da sedentarização de minorias étnicas, desde há muito instaladas no território português, bem como os relacionados com os grupos de imigrantes, que ao longo dos últimos decénios têm crescido em Portugal. Além disso, o urbano, pelo que é e se dá a ver alimenta, desde há muito, nos grupos sociais de condição social modesta, sonhos de acesso a uma vida melhor e, por conseguinte, faz emergir aspirações a outros modos de vida.

Neste quadro, este conjunto de pessoas, tendendo a procurar trabalho nos meios urbanos e aí se instalarem com as suas famílias, fazem subir o número dos novos habitantes urbanos, ao mesmo tempo que contribuem para o alargamento da diversidade dos mesmos, suscitam novas questões relacionadas com o habitat e as relações familiares e sociais que daí advêm.

No caso da cidade de Guimarães, apesar da imigração não ter aqui qualquer impacto, ao invés da emigração, das migrações internas e de uma certa implantação da população cigana, esta diversidade e complexidade de questões não são menos notórias. Também aqui, o crescimento dos bairros sociais, concebidos em função do realojamento de famílias provenientes de diversas áreas geográficas e sociais, contribui para este fenómeno.

Daqui decorrem duas grandes questões que se traduzem, por um lado, no modo como são acolhidas e integradas estas populações e, por outro, nas formas de urdidura de outros laços sociais no novo contexto social de habitação.

Quanto ao primeiro aspecto, normalmente, os bairros sociais, tanto pela sua localização no espaço em relação à centralidade da cidade, como em virtude das características habitacionais, sociais e culturais que lhes são atribuídas e das populações alvo a que se destinam, sempre pertencentes a segmentos populares, são à partida segregados ou pelo menos com singularidades muito concretas. Isto verifica-se, frequentemente, a nível da realidade e das imagens construídas a seu respeito pelos vários imaginários sociais.

Certo, ao nível dos objectivos políticos e sociais, as políticas de (re)alojamento em bairros sociais visam sempre a integração de populações e de famílias mais ou menos marginalizadas. Todavia, na prática as coisas nem sempre são assim tão lineares. A concepção de integração que preside nestes casos tende a ser uma concepção de pobre. Objectivamente, para as populações em estudo, integrar-se corresponde a aceitar de bom grado a sua condição social, ainda que esta dificilmente lhe dê acesso aos bens da modernidade tão propalados pelas sociedades contemporâneas. Com efeito, em muitas circunstâncias, a ideia que se faz dos bairros sociais e dos seus habitantes, quer seja em Lisboa, quer seja em Braga, como de resto noutras partes do mundo onde existem, permanece prisioneira do outro, diferente em sentido desvalorizado, porque pobre, menos culto, menos dotado de um conjunto de

atributos dos grupos sociais valorizados, quiçá marginalizado ou excluído devido a um conjunto de factores que frequentemente o empurram para estas situações.

De resto, a fisionomia dos bairros sociais começa por obedecer a algumas particularidades, que se manifestam ao nível da localização, da qualidade da arquitectura e materiais de construção, das condições de salubridade, das infra-estruturas envolventes, das populações a que se destinam e dos modos de vida que lhes estão associados. A situação poderá ainda complexificar-se quando vivem à mistura diferentes grupos étnicos como o caso dos ciganos ou dos imigrantes a quem são atribuídas culturas e modos de vida distintos, podendo estes, ora chocar com os hábitos e os interesses uns dos outros, ora ser um elemento de inter-relação, o que nem sempre parece ser o caso revelado pelos vários estudos feitos sobre estas problemáticas.

Este conjunto de elementos exerce, decerto, uma forte influência ao nível das relações inter-pessoais e sociais que venham a desenvolver-se no novo espaço habitacional. À partida se há entre os novos habitantes alguns já anteriormente conhecidos e com quem será mais fácil reelaborar relações individuais e sociais, isto é, reinventar outros laços sociais num outro contexto social, outros há para quem a realidade a este respeito, sendo totalmente nova, é objecto de várias estratégias. Estas, sendo sobretudo concebidas ao nível da família, pois que é esta quem primeiramente socializa os indivíduos para a relação com o outro, podem ter incidências muito precisas em termos das novas sociabilidades e das redes de solidariedade ou de suporte social que se venham a desenvolver no seio destes agregados populacionais. É o que queremos estudar no Bairro Social da Atouguia na periferia da cidade de Guimarães. De algum modo, poder-se-á dizer que, à sua escala, o mesmo faz emergir o problema das relações entre as manifestações materiais duma civilização, as estruturas sociais e os modos de pensamento que lhes são peculiares.

CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA ATOUGUIA

Geograficamente o Bairro da Atouguia situa-se à entrada da cidade de Guimarães, sendo propriedade do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado). É composto por sete blocos distribuídos numa área “rectangular”, tendo recebido os primeiros moradores no início da década de 80. Foi construído com o intuito de alojar os habitantes das muitas barracas construídas nas proximidades e em outras zonas da cidade de Guimarães.

É habitado por uma população de 1450 indivíduos, sendo 50,83% do sexo feminino e 49,17% do sexo masculino, conforme dados do Quadro I.

Quadro I – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

GRUPOS ETÁRIOS	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL	GRUPOS FUNCIONAIS
0-4 ANOS	25	21	46	293
5-9 ANOS	38	49	87	
10-14 ANOS	80	80	160	
15-24 ANOS	215	234	449	1069
25-64 ANOS	333	287	620	
65 E MAIS	30	23	53	53
TOTAL	721	694	1415	1415

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 9

Se analisarmos a estrutura etária com detalhe observamos que :

↳ **Percentagem de Jovens = 20.71%**
(Pop. 0-14 anos / Pop. Total)* 100

↳ **Percentagem de Activos** = 75.55%

(Pop. 15-64 anos / Pop. Total)* 100

↳ **Percentagem de Velhos** = 3.75%

(Pop. 65 e mais anos / Pop. Total)* 100

↳ **Índice de Vitalidade** = 18.09%

(Índice de vitalidade ou ratio velhos/jovens = (Pop. com 65 e mais anos/ Pop. 0-14 anos)* 100

No que se refere à distribuição dos elementos pelos agregados familiares estamos perante uma população onde predominam agregados com quatro e cinco elementos, apesar de existirem 7.1% de agregados com mais de oito elementos como se pode verificar através dos dados insertos no Quadro II.

Quadro II – DIMENSÃO DOS AGREGADOS

Número de elementos do agregado	Número de agregados
1	9
2	22
3	38
4	102
5	64
6	30
7	22
8	5
9	4
10	2
11	2
12	2
13	5
14	1
16	1
Total de agregados	309

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 12

Quanto à situação perante o ensino, interessa referir que somente 39.3% dos homens e 33.6% das mulheres têm o 1º ciclo do ensino básico completo, sendo a taxa de analfabetismo de 4.5% para os homens e 6.7% para as mulheres.

A restante população tem níveis de escolaridade mais baixos, como nos indicam os dados do Quadro III.

Quadro III– NÍVEL EDUCATIVO MÁXIMO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Nível Educativo Completo	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Totais
- Sem idade mínima para frequência escolar	37	37	74
- Não sabe ler nem escrever	49	32	81
- Sabe ler e escrever sem frequência escolar	6	8	14
- Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (4ª classe)	113	98	211
- 1º ciclo do ensino básico (4ª classe)	246	278	525
- 2º ciclo do ensino básico (Ensino Preparatório)	175	171	346
- 3º ciclo do ensino básico (5º Ano Antigo)	83	69	152
- Ensino Sec. Complementar (Antigo 7º ano)	17	16	33
- Ensino Superior	5	-	5
- Outros	3	1	4
Total de respostas	731	710	1441

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 16

Se tivermos também em conta a situação perante a profissão, os dados dos Quadros IV e V indicam uma situação bastante heterogénea. Com efeito, verifica-se que 75.5% da população em idade activa exerce uma profissão, ou seja, 735 indivíduos têm actividade económica contra 694 sem actividade económica. É interessante verificar que entre estes a taxa mais elevada da profissão verifica-se ao nível das mulheres, como indicam os dados do Quadro IV.

Quadro IV – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO

GRUPOS ETÁRIOS	POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA							
	735							
	POPULAÇÃO EMPREGADA				POPULAÇÃO DESEMPREGADA			
	SEXO FEMININO		SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO		SEXO MASCULINO	
	EP	EO	EP	EO	DE	DES	DE	DES
TOTAL	270	21	247	32	42	18	89	16
10-14 anos	-	-	-	-	1	-	-	-
15-24 anos	82	6	75	9	14	2	37	3
25-64 anos	187	14	171	23	27	16	51	13
65 anos e mais	1	1	1	-	-	-	1	-
TOTAIS	291		279		60		105	
	570				165			

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 22

EP – Emprego Permanente	EO – Emprego Ocasional
DE – Desempregado	DES – Desempregado com Subsídio

Sobre este aspecto importa salientar que a distribuição etária da população perante o emprego varia segundo o sexo. Assim, constata-se que, tanto na faixa etária dos 15-24 anos, como na dos 25-64 anos, a taxa de profissionalização feminina é muito superior à masculina. Em contrapartida, o número de desempregados é muito mais elevado nos homens do que nas mulheres, 105 e 60 respectivamente. Há, porém, um dado interessante quando analisamos a situação em relação ao subsídio de desemprego. Apesar de haver mais homens do que mulheres desempregados, são estas que usufruem em maior número o subsídio de desemprego.

Quadro V – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO

GRUPOS ETÁRIOS	POPULAÇÃO SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA (694)									
	SEXO FEMININO (407)					SEXO MASCULINO (287)				
	DO	OI	RE	INV	ES	OI	RE	INV	ES	SMO
TOTAL	65	56	46	8	196	60	30	5	202	9
0-9 anos	-	37	-	1	26	36	-	-	32	-
10-14 anos	1	4	-	1	74	2	-	-	77	-
15-24 anos	5	9	-	2	93	10	-	2	89	9
25-64 anos	56	6	21	4	3	9	12	3	4	-
65 e mais	3	-	25	-	-	3	18	-	-	-

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 25

DO – Doméstica	OI – Outros Inactivos
RE – Reformado	INV – Inválido
ES – Estudante	SMO – Serviço Militar Obrigatório

Em termos de distribuição pelos sectores de actividade económica, os dados insertos no Quadro VI indicam a seguinte distribuição: é no Sector Secundário que se enquadra a maior percentagem de população activa empregada – 55.9%, enquanto que o Sector Terciário engloba 41.9% da mesma população. Relativamente ao Sector Primário, a sua expressão numérica não é significativa, pois abrange tão somente 2.1% dos trabalhadores.

Quadro VI – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPOS DE PROFISSÕES

GRUPOS PROFISSIONAIS		NÚMERO DE ELEMENTOS
GRUPO 1	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	6
GRUPO 2	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	5
GRUPO 3	Técnicos e profissionais de nível intermédio	9
GRUPO 4	Pessoal administrativo e similares	22
GRUPO 5	Pessoal dos serviços e vendedores	65
GRUPO 6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2
GRUPO 7	Operários, artífices e trabalhadores similares	165
GRUPO 8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	136
GRUPO 9	Trabalhadores não qualificados	171

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 28

Em síntese, podemos concluir que estamos perante uma população maioritariamente envolvida em actividades ligadas às indústrias transformadoras; ao comércio por grosso e a retalho, bem como à reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; à administração pública, defesa e segurança social “obrigatória” e à construção, muito embora se verifique uma dispersão muito significativa por um leque variado de actividades.

Analisando alguns dados sobre o rendimento do agregado familiar, obtemos a informação de que o rendimento médio por agregado situa-se nos 120 293\$00, muito embora cerca de metade dos agregados auferam rendimentos inferiores à média (47.87%).

Numa análise mais aprofundada, verifica-se que, em 102 dos agregados (33.4%), o rendimento mensal per capita é inferior a 22.000\$00.

Quadro VII – RENDIMENTO PER CAPITA

Elementos Do Agregado	ESCALÕES DE RENDIMENTO/ NÚMERO DE AGREGADOS (EM MILHARES DE ESCUDOS)									
	< 50	50-70	71-90	91-110	110-130	131-150	151-170	171-190	191-200	> 200
1	6	1	1	1	-	-	-	-	-	-
2	7	8	2	3	4	1	-	-	-	-
3	3	10	7	1	5	4	2	1	1	2
4	4	9	10	16	23	17	8	4	3	8
5	1	8	11	10	10	11	3	1	4	1
6	2	3	2	4	5	3	2	4	1	4
7	-	2	3	6	3	2	2	2	3	-
8	-	-	-	-	1	2	-	-	1	2
9	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1
10	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
11	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
12	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-
13	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 40

Como se pode observar no Quadro VIII, as principais Fontes de Rendimento são os sal

Quadro VIII – FONTES DE RENDIMENTO

FONTES DE RENDIMENTO	N.º DE RESPOSTAS
TOTAL DE RESPOSTAS	278
Salário	140
Negócio	6
Reformas e ou Pensões	19
Subsídio de Desemprego	2
Auxílio de Terceiros	1
Outra Origem	4
COMBINAÇÕES ENTRE FONTES DIVERSAS	
Salário e Negócio	2
Salário e Reformas/Pensões	32
Salário e Subsídio de Desemprego	13
Salário e Remessas de Emigrantes	1
Salário e Auxílio de Terceiros	4
Salário e Outro	45
Negócio e Outro	3
Reforma e Auxílio de Terceiros	3
Reforma/Pensões e Outro	3

Fontes: Relatório da Caracterização socio-demográfica dos moradores nos bairros do IGAPHE – Operação Arco Iris – Bairro da Atouguia – Guimarães – Setembro 1997, pg. 38

Tendo em conta este conjunto de dados, podemos dizer que estamos perante uma população de condição social modesta, que se faz reflectir em todas as dimensões da sua vida económica, social e cultural. Quanto à dimensão familiar, predominando uma média de 4,4 pessoas por família, poder-se-á dizer que estamos perante famílias mais numerosas do que a média nacional, que em 1991 (segundo dados do INE), era de duas pessoas – 25.32%, três pessoas – 23.75% e quatro pessoas – 21.65%. Ora, este conjunto de elementos não se afigura de somenos importância logo que se pretenda analisar a questão dos laços sociais, isto é, as sociabilidades e as solidariedades emergentes ou em construção no interior do Bairro Social da Atouguia.

Espaço, habitação e família

Se, como lembra P. H. Chombart de Lauwe (1975), espaço, habitação e família são três termos extremamente imbricados na história dos homens, no momento em que a sociologia da família, da habitação e a problemática dos laços sociais beneficiam duma importância acrescida, parece-nos importante estudar esta relação. Compreender a família, enquanto alfove de sociabilidades e solidariedades, numa época em que as solidariedades familiares, a entre-ajuda, os suportes sociais, o apoio inter-relacional e comunitário parecem ganhar novo fôlego na sociedade portuguesa, confrontada com os debates sobre o futuro da protecção social e do Estado-Providência, conduz-nos a situá-la num conjunto de estruturas sociais de que ela própria é um elemento fundamental, como é o caso dos bairros sociais.

Por sua vez, a habitação não pode ser separada do quadro material e simbólico da vida duma sociedade no espaço, isto é, do *habitat* em que se inscreve.

Por outro lado, a mobilidade humana, arrastando consigo não só os indivíduos, mas com eles as suas respectivas famílias, induz à reelaboração dum conjunto de laços familiares e sociais a partir dos novos contextos habitacionais.

Nesta perspectiva, estudar as peculiaridades das relações de sociabilidade, solidariedade e suporte social (G. Caplan, 1974) dum tipo de *habitat* como o dos bairros sociais, é estudar a projecção e a imagem de uma sociedade inscrita no solo, de modo fragmentado e hierarquizado, conforme se pertence a este ou àquele grupo social como um todo homogéneo ou, ao invés, a um mosaico heterogéneo, em termos étnicos e sociais. Esta última situação é frequente em Portugal, na medida em que nos bairros sociais das periferias das cidades se verifica a coabitação de famílias de diversas proveniências geográficas e culturais, correntemente designadas de etnias, logo que se trate dos imigrantes, dos ciganos e dos autóctones, mesmo se muitos dos ciganos se inscrevem também nesta última categoria.

A partir desta configuração, a primeira grande questão e que é aliás das mais dificilmente compreensíveis pelas opiniões públicas em geral, é que a coabitação de grupos sociais e étnicos diferentes, gerando a diversidade, não traz consigo apenas algumas dificuldades de relação, como à primeira vista se é tentado a supor, mas, em clima de abertura ao outro, traz também a riqueza da descoberta, da partilha, do apoio relacional (S. Reichmann, 1991) e da solidariedade.

No nível em que nos situamos, vale a pena insistir sobre a importância da família relativamente a estes aspectos muito concretos. Com efeito, nenhum ser humano aparece em qualquer tempo ou espaço provido dum conjunto de hábitos que o tornam mais ou menos sociável, mais ou menos capaz de se relacionar com o seu semelhante ainda que diferente dele, isto é, capaz só por si de criar relação com o outro e de formar com ele grupo e sociedade. Em todo o tempo e lugar, os seres humanos nascem *enfants* (E. Durkheim, 1995). Com o crescimento, vão-se tornando seres sociais cujo corpo e pensamento são formados por um conjunto de sistemas de valores, práticas, e hábitos que lhe vão sendo transmitidos prioritariamente pela família e os grupos de pertença em que se inscrevem. Tudo o que o ser humano vai sendo ao longo da vida é fruto de um longo processo de socialização de que ele mesmo, em conjunto com os outros, se torna um sujeito-actor. Isto significa que o homem não é nada por si próprio, mas advém de um ser humano e social em permanente relação com o outro. Mesmo os modos de comer e de confeccionar os alimentos, de dormir e de se movimentar no espaço são aprendidos com a família, os outros membros dos grupos de pertença e os contemporâneos em geral. Claro que a tudo isto cada um dá o seu cunho pessoal. Mas ainda assim, ao fazê-lo de modo tácito ou não, fá-lo em relação com os outros.

Um outro elemento de socialização importante é o contexto social no seu conjunto. A informação dada a uma criança através da cidade, da aldeia, da vida na montanha ou próximo do mar prepara-a diferentemente para a dimensão íntima do espaço construído, da vida e das relações de sociabilidade e de solidariedade com os outros. Uma criança que nasce e cresce num bairro social forma um imaginário e uma percepção da realidade social bem diferente duma outra que nasce numa zona chique e valorizada de qualquer cidade. Dito de outra maneira, o meio familiar e social onde se nasce e cresce constitui um significativo que prepara as pessoas para a compreensão da realidade em que vivem emergidas com os outros.

No caso concreto que estudamos no bairro social da Atouguia, os dados recolhidos através das entrevistas e da observação directa revelam que há muitas crianças que, desde a mais tenra idade, vão sendo socializadas no sentido de seleccionarem as relações com as outras com quem se cruzam, convivem e brincam no dia a dia. O caso dos ciganos e das outras é elucidativo. Uns e outros brincam entre si. Porém, são os ciganos quem mais se pronunciam a este respeito e tomam atitudes defensivas a fim de evitar qualquer

mal entendido entre os vizinhos. “Às vezes cá para mim ao nível das brincadeiras não gosto que os meus filhos brinquem com os outros, porque sei lá!.. Eu moro aqui há quinze anos e nunca ouvi nada dos meus filhos nem da minha esposa” (Homem de etnia cigana, 35 anos). “Os meus filhos só brincam com os primos, com a família” (Mulher de etnia cigana, 30 anos). “Quando os filhos começam a andar, a querer comunicar com os amigos, a querer brincar, nessa fase a gente tem de procurar saber onde estão, quem são os amigos e procura quem está mais próximo para brincar com eles. Neste caso são os vizinhos quem está mais próximo” (Mulher, 42 anos).

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	IDADE DOS FILHOS	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PROFISSÃO	PROFISSÃO DO CÔNJUGE	ETNIA
I	Masculino	35	União de Facto	4	3-5-7-9	A frequentar 4ª classe (RMG)	Desempregado	Doméstica	Cigana
II	Feminino	61	Viúva	17	Entre 17 e 39	3ª classe	Doméstica	(Falecido)	-
III	Feminino	49	Casada	3	17-20-21	4ª classe	Empregada de limpeza na Univ. Minho	Reformado	-
IV	Feminino	48	Casada	4	Entre 19 e 24	4ª classe	Doméstica	Engraxador	-
V	Feminino	42	Casada	3	10-17-19	5º ano antigo	Doméstica	Electricista	-
VI	Feminino	46	Casada	3	15-17-21	2º ano ciclo	Operária têxtil	Trolha	-
VII	Feminino	29	Solteira	2	1-4	Não sabe ler nem escrever	Doméstica	-	Cigana
VII I	Masculino	44	Casado	7	Entre os 4 e os 22	4ª classe	Cortador numa fábrica de calçado	Empregada de limpeza em casas particulares	-

Provavelmente, é por isso que à medida que estas crianças vão crescendo, uns e outros se olham com alguma dose de desconfiança e procuram cultivar uma certa distância crítica e menos um clima de sociabilidades mais abertas, susceptíveis de romperem com os estereótipos que ao longo do tempo parecem incrustados nas mentalidades. De resto, denota-se que em muitas situações, inclusive de vizinhança, as crianças pela quantidade dos locais comuns que frequentam (escola, locais de desporto e de lazer, Igreja, clubes, transportes, rua para brincar, entre outros) ao alargarem o seu círculo de amigos induzem frequentemente os pais a abrirem-se a novas sociabilidades e a tecerem outras formas de laço social com os novos elementos que vão conhecendo e reconhecendo mais de perto. Todavia aqui, logo que se trate de sociabilidades inter-étnicas as coisas parecem mais complexas. Estas revelam-se cordiais, por vezes defensivas, ainda assim alguma maior proximidade não venha dar azo a ingerências indesejadas. A partir da pertença familiar, cultiva-se uma relação calculada segundo a percepção que se tem deste ou daquele vizinho, desta ou daquela etnia, desta ou daquela relação a aprofundar ou a viver de modo superficial e de circunstância. Deste modo, aos laços de afinidade que se foram forjando no caldo da proximidade de vizinhança se sobrepõem contactos mais efémeros, encontros aleatórios, coexistências desejadas, mas também outras inesperadas, indiferentes e possivelmente indesejadas.

De facto, nos bairros sociais, aliás como noutro lado, os habitantes auto-constroem o seu espaço e cada um no seu espaço mais próximo parece mesmo imprimir-lhe uma dimensão vernacular. Uma vez que as famílias ciganas que aqui habitam têm a mesma genealogia familiar, na rua, as crianças ciganas brincam com os primos no espaço mais contíguo ao prédio onde vivem, ao passo que as outras dispõem de maior amplitude espacial e social.

São estas práticas distintas e comuns aos grupos em presença, estes valores e estas regras implicitamente partilhadas ao nível da família e do meio social envolvente, que neste microscópio habitacional, vão forjar determinadas formas de laço social e as maneiras de inter-relacionamento do conjunto dos coabitantes entre si.

Sociabilidades e solidariedades familiares

No âmbito do trabalho de campo que realizámos mais do que testar hipóteses procurámos antes recolher elementos junto das oito famílias entrevistadas que nos permitissem apreender os principais eixos de sociabilidade a partir do alojamento e do bairro. Assim, tomando a família como unidade de análise, em termos das relações de sociabilidade, solidariedade e suporte social num estudo de casos muito concreto, o trabalho de campo realizado deixa transparecer o papel do alojamento enquanto epicentro desta dinâmica. Com efeito, se o mesmo é por excelência o espaço dos laços familiares inter-pessoais, estes não se circunscrevem a este quadro de coabitantes, mas tendem também a alargar-se a pessoas do exterior: algumas daquelas que residem no espaço próximo como é, por exemplo, o caso da vizinhança; os familiares do grupo de parentesco; as que estão distribuídas por áreas geográficas mais alargadas.

Independentemente de outras considerações denota-se que a generalidade das pessoas, para lá das proveniências étnicas e geográficas e os modos de vida anteriores e actuais, forjam preferencialmente as suas redes de sociabilidades no interior do grupo familiar. É sobretudo entre os familiares que se seleccionam os convidados para uma refeição de domingo em família, para as festas de aniversário ou outros eventos similares, se organizam os passeios de fim de semana e mesmo a ida à praia no verão, entre outros eventos.

Num primeiro plano a nível dos elementos que integram o grupo doméstico e num segundo a nível do parentesco. O primeiro é predominantemente formado pela família conjugal, ainda que anteriormente pudessem ter partilhado a habitação com outros familiares: os pais de um ou outro cônjuge. Isto essencialmente por dois tipos de razões: pobreza e desemprego. Havendo em relação a estes como que um preito de gratidão perante a solidariedade exercida numa altura tão crucial da sua vida, nem por isso se valoriza agora menos a autonomia que a nova forma de residência veio proporcionar. Na opinião dos entrevistados, o facto de ter sido atribuída aos agregados familiares individualizados uma habitação própria constitui um passo importante para a conquista da sua autonomia e individualidade familiar. De resto, de certa maneira, tal facto contribui para criar relações mais calorosas e mais intensas com o parentesco, porque mais espaçadas no tempo e no espaço e libertas das ingerências quotidianas de terceiros. “Com a família as relações melhoraram bastante desde que viemos para aqui. Agora as pessoas da família (subentendida a família dos progenitores) são muito mais simpáticas connosco. Sinto que sou melhor atendida quando vou visitá-las e elas também nos visitam mais vezes” (Mulher, 48 anos).

Entre outros aspectos, o que se torna patente neste facto, é que estas famílias perfilham cada vez mais os valores da modernidade em relação à família, no sentido que lhe é atribuído por E. Durkheim (1892, 1975, 37-38), ou seja, a

família contemporânea é individualista e procura autonomizar-se em relação às intromissões do parentesco e da vizinhança. Na família conjugal “Cada um dos membros que a compõe tem a sua individualidade e a sua própria esfera de acção”. No entanto, se esta constitui uma “zona central” da família contemporânea, nem por isso a mesma vem anular as “zonas secundárias” de relação com o parentesco, embora estas apareçam mais enfraquecidas comparativamente com a primeira. De qualquer forma há coexistência entre ambas. Na opinião do autor “Esta zona central está envolvida de outras zonas secundárias que a completam”.

Esta asserção revela-se muito actual nos casos que estudamos. Se de facto se procura a autonomia e a individualização familiar ao nível do grupo doméstico, isso não significa que as solidariedades familiares a nível das relações inter-geracionais não continuem vivas e actantes, como bem demonstram vários comentários dos entrevistados. “A minha filha teve um bebezinho que só tem oito meses e já pesa treze quilos. Como ela é nova e não sabe ainda muito bem como cuidar dele sou eu que vou a casa dela ajudá-la...Com a minha irmã é igual. Se ela me chamar eu ajudo sempre no que posso. Temos que ser amigos e ajudar-nos uns aos outros” (Mulher, 48 anos). “Morávamos ali atrás do cemitério da Atouguia. Tínhamos ali uns barracos de madeira. Depois quando fizeram estes prédios viemos para aqui. Eu já tinha casado. Mas se a casa era grande na altura, porque éramos só nós os dois, agora que temos os filhos mais o meu irmão que quando casou não tinha casa e tem agora quatro filhos pequenos, ao todo somos treze pessoas cá em casa, o que é muito.

Mas é assim entre os ciganos. Quando um familiar precisa os outros ajudam. Agora era preciso que nos dessem outra casa. Enquanto isso não acontece estamos todos aqui “. (Homem de etnia cigana, 35 anos). “Pelo facto de vir para aqui não deixei de continuar a manter relações com a minha família. É claro que agora moro mais longe, mas continuamos a encontrar-nos todos os fins de semana com os meus pais e sogros. É com eles que mais nos encontramos mais vezes e quando temos necessidade uns dos outros estamos prontos a ajudar-nos. Com os meus tios e primos só nos encontramos quando há festas”. (Mulher, 42 anos).

A leitura destes extractos de entrevistas permite-nos aperceber que a prática das sociabilidades e das solidariedades intergeracionais, tanto de cariz vertical ascendente e descendente como horizontal, embora neste último caso com uma menor dimensão, encontra no seio da família e do parentesco um campo de eleição.

Outro tanto se diga no que se relaciona com o suporte social de relação. Com efeito, na realidade denota-se frequentemente que não basta ter amplas redes de sociabilidade para que estas sejam actantes logo que alguém entre em situação de necessitar da solidariedade do outro. A este nível deparamo-nos muitas vezes com situações em que o número daqueles que constituem um sólido suporte de apoio relacional ou até de prestação de outros serviços é extremamente reduzido.

Além do mais, em tais circunstâncias essas pessoas tendem a ser recrutadas no seio da família. Mais ainda a escolha privilegiada, à semelhança de antanho, continua a dirigir-se para as mulheres. Esta situação não é estranha ao grupo dos nossos entrevistados onde a solidariedade intergeracional a nível da mãe-filha atinge uma dimensão de eleição. É entre elas que se transmitem e se recebem os vários saberes, se organizam as refeições de domingo que congregam por vezes os familiares à volta da mesa em casa de cada um alternadamente e se tecem multivariadas formas de inter-ajuda. Claro que os homens, trabalhadores por excelência no exterior, a seu modo também participam desta nova dinâmica das sociabilidades e das solidariedades

intrafamiliares que se vão forjando a partir da vivência habitacional nos bairros sociais.

A relação da família com a vizinhança

Há aqui um duplo comportamento. As relações anteriores com a família não parecem afectadas com a mudança de espaço e de habitação ao passo que as de vizinhança tendem a enfraquecer com o decorrer do tempo, embora se revelem ter sido mais abertas do que as actuais. Estas são agora mais filtradas. Comparativamente com a situação anterior, pode conceber-se o interior da casa só em função da família nuclear, cuidar dela de modo diferente e criar mais condições para receber, na sua própria casa, os elementos da família com quem desde há muito tempo se mantém relações mais intensas e que parecem agora de melhor qualidade. Deste modo, a casa abre-se preferencialmente ao núcleo de relações com os mais próximos e mais íntimos e inversamente para os outros, mesmo, por exemplo os colegas de trabalho.

Para os ciganos as coisas são algo distintas, ainda que o olhar de uma mulher seja algo diferente do de um homem. Aquela porque na cultura é cigana ainda bastante votada ao gineceu, isto é, ao interior da casa e à família patenteia uma maior dificuldade de relacionamento a nível da vizinhança. “Moro aqui há quinze anos...Quando vim para cá não conhecia ninguém...Passado este tempo não falo com muita gente. Não temos nada para fazer. Agora viemos para aqui. Estivemos um bocado a conversar. Daqui a pouco vamos para dentro para ir preparar o jantar. Não temos dinheiro para ir passear. Esta é a nossa vida. Nem trabalhamos nem nada...Os meus irmãos moram também aqui no bairro. Por isso convivemos sempre. Mas só as pessoas de família” (Mulher de etnia cigana, 30 anos).

Em contrapartida o homem, talvez porque menos presente no espaço quotidiano e habituado às lides com o exterior, mostra-se mais aberto às sociabilidades de vizinhança e procura mesmo criar laços sociais mais intensos a nível do parentesco espiritual, que nem por isso deixa de ter uma materialidade palpável. “Eu sempre me dei bem com a sua raça...Eu a maior parte do tempo não ando com ciganos. A minha vida foi sempre a sua etnia e para mim acho que não tenho problemas com ninguém... Aqui tenho alguns amigos. Mas os meus amigos são os meus compadres, os padrinhos dos meus filhos que são da sua etnia. É com eles que mais convivo. Tenho outros amigos, mas só gajos bem comportados” (Homem de etnia cigana, 35 anos).

De qualquer modo, se mulher e homem expressam uma vontade de querer manter um bom relacionamento com a vizinhança também revelam, por outro lado, que a família complexa é para eles um alfofre privilegiado de sociabilidade, solidariedade e de suporte social sempre que a situação o exige. E isto por três razões fundamentais. As primeiras sendo de índole económica e social obrigam a que as condições de pobreza em que vivem induzam a formas de solidariedade impostas, ou seja, à coabitação no interior do mesmo alojamento de pelo menos duas famílias, normalmente irmãos, com a respectiva prole, ainda que à partida o alojamento tivesse sido atribuído apenas a uma família. Isto faz que, por exemplo, no interior de um T 2 habitem treze pessoas, o que é deveras nefasto sobre todos os pontos de vista. De resto, reconhecido por estes actores sociais. Assim, cada casal vê-se obrigado a partilhar o único quarto de que dispõe com a sua prole.

Por outro lado, importa salientar, contrariamente ao que certos imaginários sociais fazem crer acerca da vida ao ar livre e em espaços amplos por parte dos ciganos, os entrevistados valorizam a residência neolocal. A esta estão associados a independência familiar, o conforto do apartamento e a individualização de certos espaços em oposição à insalubridade da tenda. “Sinto-me bem aqui. Basta não chover cá dentro para ser melhor” (Mulher de etnia

cigana, 30 anos). “Para mim o que mudou em relação ao barraco anterior é saber que tenho quatro filhos e que a casa é muito pequena. Gostaria que me dessem uma casa maior. Bastava que tivesse dois quartos um para nós e outro para os meus filhos. Aquela ficava para o meu irmão. Isso era o melhor que podia tirar da vida” (Homem de etnia cigana, 35 anos).

Quanto à vizinhança em geral, importa lembrar em primeiro lugar, que esta noção abrange realidades multivariadas. Sabe-se, por exemplo, que as relações de vizinhança são muito mais intensas num *habitat* disperso, de vivendas ou habitação individual que num *habitat* urbano de andares ou torres integrados em grandes conjuntos sob a forma de bairros ou outras configurações. Globalmente, a área geográfica concebida como delimitativa da vizinhança tende a ser mais restrita à medida que no espaço residencial envolvente se intensifica o urbano e o colectivo. Neste sentido, os vizinhos são frequentemente confinados aos habitantes do mesmo prédio o que não é o caso noutra forma de *habitat* inclusive o bairro de lata.

Interessa anotar, ainda, que as relações entre os vizinhos de um imóvel e destes com o bairro não são apenas feitas de interacções pontuais ou inter-ajudas mais ou menos intensas, mas integram também evitamentos, tensões e conflitos. A simples co-presença no seio dum mesmo espaço habitacional comporta enredos que se podem cristalizar em torno dos barulhos, das definições de limpo, bonito e cuidado ou de sujo, feio e desmazelado, das práticas educativas e das maneiras de se comportar e cuidar do espaço público.

Desta maneira, poder-se-á dizer que a parte das sociabilidades que se inscreve no alojamento no interior dum imóvel, ora tem um carácter de continuidade em relação ao que se passa no bairro, ora estabelece algumas rupturas. De qualquer modo, todos os entrevistados enaltecem as virtudes da privacidade do espaço doméstico. Na generalidade as pessoas esforçam-se por traçar uma fronteira entre o doméstico e o exterior. Procura-se, assim, não ultrapassar um patamar de proximidade e de distância críticas, no seu dizer tanto quanto necessário para manter relações cordiais com os vizinhos, mas precaver-se contra qualquer tipo de ingerência indesejada e possivelmente até contra algum conflito que possa surgir. Por vezes, recorre-se até a estratégias de evitamento, ou seja, procura-se sair e entrar por este local e não por aquele afim de evitar o encontro com este ou aquele vizinho.

Denota-se, porém, alguma excepção aqui e ali. Privilegia-se a vizinha para algumas saídas, como por exemplo a ida ao café próximo do bairro, ou até para a inter-ajuda em caso de necessidade, mas filtram-se as aberturas logo que se trata de receber no interior da casa, por exemplo à volta de uma refeição. Ainda aqui, quando tal acontece, afora as festas de aniversário das crianças, os convidados são sempre os familiares. O mesmo se diga no que se refere aos passeios de fim de semana, mesmo nas proximidades, ou no verão para as idas à praia. É em torno da família que se organizam estas actividades de lazer. Em suma, cultiva-se a autonomia e a individualidade familiar o que se inscreve perfeitamente bem nos valores da modernidade nas sociedades contemporâneas.

Tendo, também, em atenção o caso dos ciganos, constata-se que um conjunto de imagens desvalorizadas a seu respeito, aliás, também interiorizadas pelos próprios, faz com que as sociabilidades de vizinhança sejam as que advêm dos simples encontros ocasionais. Com efeito, a realidade indica que ao cigano está associada uma ideia pejorativa de que torna as relações inter-individuais e sociais difíceis com as demais etnias co-residenciais. Em tais circunstâncias a ideia da inter-relação é vivida como uma ameaça. É um facto a ter em conta logo que se trata de estudar a questão das sociabilidades e das solidariedades familiares num contexto social caracterizado pela composição étnica e social. Esta percepção, uma vez interiorizada, ainda que as coisas se possam revelar bem diferentes, contribui para fazer prevalecer as ideias pré-concebidas. Simultaneamente, o grupo alvo, aprendendo a viver com esta imagem, pode

revelar alguma dificuldade em afastar-se dum tal estereotipo. Mas ele aprende também a ter dificuldade de se relacionar com os outros como parceiros, porque estes mesmos também nem sempre o aceitam como um concidadão de pleno direito. Como fazer aceitar-se e respeitar-se quando se é enviado para as margens da sociedade? No caso em estudo, de algum modo, revela-se de uma parte e da outra uma atitude de evitamento e de desconfiança, embora se denote, com o decorrer do tempo, que os ciganos têm feito alguns esforços de adaptação às novas formas de vida habitacional, o que é reconhecido pela generalidade dos entrevistados. Contudo, constata-se uma tendência para a segregação. As próprias crianças partilhando o espaço da rua para brincar enveredam por uma demarcação do espaço colectivo. As ciganas brincam entre elas, logo entre os primos que por vezes até partilham o mesmo espaço de habitação. As outras também não se misturam com as desta condição cultural.

As relações familiares no contexto do *habitat*

Se olharmos agora do lado dos laços de afinidade com outros espaços exteriores ao alojamento e ao envolvimento do bairro damos-nos conta que eles são extremamente reduzidos. São mormente o café e o pequeno comércio do bairro que contribuem para o alargamento das relações de vizinhança. Mesmo assim, estas são fundamentadas por razões diferentes para uns e para outros. As famílias de condição social mais modesta são as que utilizam mais estes locais devido, por um lado, à proximidade, que dispensa as deslocações em transporte próprio ou colectivo e, por outro, às suas condições económicas. Estas sendo precárias induzem-nas a comprar a crédito, o fiado, o que não seria possível nas grandes superfícies.

Ora, além de muitas outras consequências, a sobredeterminação económica e social dos modos de vida condiciona as redes de sociabilidades locais. E é de crer que os obstáculos aumentem, na medida em que o Bairro Social da Atouguia se encontra desprovido dum conjunto de infraestruturas sociais que poderiam favorecer outro tipo de sociabilidades colectivas. Por exemplo, não há centros de convívio que proporcionem encontros colectivos entre os habitantes. Assim, os que dispõem de melhores condições de vida tendem a colmatar esta lacuna com deslocações ao exterior, designadamente durante os fins de semana. Mas ainda assim, a grande generalidade fá-lo em família ou para reencontrar outros membros da família a nível do parentesco.

Continuando a cingir-nos aos resultados das entrevistas vale a pena invocar o papel da escola e da profissão. Quanto à primeira é inegável que em termos de sociabilidades espontâneas a escola favorece o encontro entre as crianças e as suas famílias. Todavia, constata-se que ao nível da população em estudo muito raramente estas tendem a ser duradoiras e a prolongar-se para lá do quadro escolar. Certo as crianças, sobretudo as que prosseguem estudos, têm muito mais probabilidades de beneficiarem desta rede de sociabilidades. Mas na prática verifica-se que se trata de populações que, entrando precocemente no mercado de emprego sem sedimentarem profundamente as relações proporcionadas por uma escolarização mais prolongada, tendem a abandonar um tipo de sociabilidades anteriores para reelaborarem outras, agora ligadas à profissão. Isto acentua-se ainda mais em virtude do fenómeno de mobilidade geográfica, ou seja, a vinda para o bairro há cerca de 14-15 anos obrigou frequentemente a mudar de escola e a partir para novas redes de interconhecimento.

Não podemos deixar de observar, entretanto, que a nível das classes médias os colegas de trabalho constituem um importante alfofre de sociabilidades que se prolongam muito para lá do quadro profissional. Tal não é o caso das populações estudadas mais inclinadas a forjarem relações de sociabilidade e de solidariedade mais intensas no quadro familiar. Num caso ou

outro, estas podem ser extensivas a este ou àquele vizinho. Estas relações de eleição são geridas de preferência ao nível domiciliário (convites, visitas, encontros pontuais para pedir emprestado isto ou aquilo) e do espaço de lazer: uma vez ou outra passeios e saídas conjuntos. Quanto à vida do bairro, que muitos gostam de evocar como alfofre de intensas sociabilidades e solidariedades de vizinhança e de vida comunitária em geral, ela tende a apresentar antes uma função operatória: o alojamento e não tanto um alfofre onde se possam tecer um conjunto de sociabilidades mais calorosas e próximas entre os habitantes.

Trata-se, seguramente, de mais uma consequência de carácter desestruturante em consequência da própria fisionomia do espaço construído e dos modos de atribuição a populações em que se verifica uma desarticulação dos laços de inter-conhecimento interconectando vizinhança, parentesco, amizade e relações de trabalho. Os que vieram primeiro e os que se lhe vieram juntar devem partilhar outras maneiras de habitar, de coabitar, outros modos de consumo e de definição do público e do privado. Dá-se conta, por conseguinte, que se as anteriores sociabilidades e solidariedades não são rompidas tendem a exprimir-se essencialmente no interior dos espaços privados.

Ademais, nos meios populares, tradicionalmente estes são pouco abertos aos estranhos. Se é verdade que para alguns o bairro social proporciona novas oportunidades de modelos de sociabilidade para outros parece fazer votá-los ainda mais a uma recentragem sobre o alojamento e a vida familiar. De resto, se a coabitação com populações mistas pode trazer enriquecimento cultural, tudo indica que a heterogeneidade das origens, das trajectórias e das expectativas, por vezes, faz emergir tensões na partilha quotidiana dos mesmos espaços de vida habitacional. Mais ainda, para as populações mais frágeis, a dissolução de laços anteriores de proximidade sem possibilidade de os reelaborarem tende a tornar-se numa situação de isolamento social e em particular quando a imagem negativa do meio de vida segrega atitudes de desconfiança generalizada entre populações heterogéneas.

Neste cenário não admira que a família, qual refúgio protector contra as agruras do exterior, apareça como um espaço privilegiado logo que se trata de pensar a reelaboração das novas formas de sociabilidade e solidariedade num contexto social bem preciso como é o caso do bairro social da Atouguia.

Bibliografia

ALLAYÓN Norberto (1995), *Assistência e Assistencialismo: Controle dos Pobres ou erradicação da pobreza?*, Cortez Editora, S. Paulo

ALMEIDA J. F. et al (1992), *Exclusão Social – Factores e Tipos de pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras

ALMEIDA J. F. (1993), “Integração Social e Exclusão Social: algumas questões”, in *Análise Social*, Volume XXVII (123-124), (4^o-5^o), pp. 829- 834 Lisboa

ANTUNES António A Rosa (1991), *Contribuição para a definição de necessidades sociais a nível do quotidiano numa área urbana- Práticas Sociais Quotidianas e Apropriação Social do Espaço*, LNEC, Informação Técnica – Planeamento Urbano e Regional, Lisboa

BARBICHON G., PRADO P., (1978), *Vivre sa ville. Migrants bretons et champ urbain*, Paris, Centre d’Ethnologie Française, CNRS-DGRST.

BRUTO da COSTA Alfredo et al (1985), *A Pobreza em Portugal*, Coleção Caritas nº 6, Lisboa

- CAMPION-VINCENT V., RENARD J.-B., (1992), *Légendes urbaines*, Paris, Payot.
- CAPLAN G., (1974), *Support Systems and Community Mental Health*, New York, basic Books.
- CAPUCHA Luís (1992), *Problemas de Pobreza - Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, ISCTE, Lisboa
- CAPUCHA Luís (1993), “Pobres mas vivos” in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa
- CAPUCHA Luís (1998), “Pobreza e Exclusão Social e Modernidades” in José Viegas, *Portugal que Modernidade?*, Celta Editora, Oeiras
- CHOMBART DE LAUWE P.-H., (1975), *Famille et habitation*, Paris, CNRS.
- CHOMBART DE LAUWE P.-H., (1977), *La vie familiale des familles ouvrières*, Paris, CNRS.
- DURKHEIM E., (1975), Textes. 3. *Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Editions de Minuit.
- DURKHEIM E., (1995), *Education et Sociologie*, Paris, PUI (Coll. Lambdriger).
- FARIA C., NEVES J., SANTOS S., SILVANO F., (1986), *Espace et développement*, Tome I, paris, GRAAL-UNESCO.
- GALBRAITH John Keneth (1989), *A sociedade da pobreza*, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- GOOFMAN Erving (1985), *O estigma*, Editora Guanabara, S. Paulo
- GUTWIRT J., PÉTONNET C. (sous la direction de), (1987), *Chemins de la ville. Enquêtes ethnologiques*, Paris, CNRS.
- HOGGART Richard (1973), *As utilizações da cultura*, vol. II, Editorial Presença, Lisboa
- MCKENSIE R., (1984) “Le voisinage. Une étude de la ville local a Columbus, Ohio”, in GRAFMEYER I., JOSEPH I. (sous la direction de), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris, Aubier (Coll. “ Res Champs urbain”), pp. 213-252.
- PARK R. E., (1984), “La ville, phénomène culturel”, in GRAFMEYER I., JOSEPH I. (sous la direction de), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris, Aubier (Coll. “ Res Champs urbain”), pp. 185-196.
- PARK R. E., (1984), “La communauté urbaine: un modèle spatial et un ordre moral”, in GRAFMEYER I., JOSEPH I. (sous la direction de), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris, Aubier (Coll. “ Res Champs urbain”), pp.197-211.
- PAUGAM Serge (1996), *L'exclusion – l'état des savoirs*, Éditions la Découverte, Paris
- PERISTA Heloísa, CARDOSO Ana (1994), “A cidade esquecida – Pobreza em bairros degradados de Lisboa”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 15, pp. 99-111, Lisboa
- PITROU A., (1992), *Les solidarités familiales*, Toulouse, Privat.
- REICHMANN S., (1991), “Impact du chômage sur la santé mentale. Premiers résultats d'une analyse des réseaux”, *Sociétés contemporaines*, n.º 5 mars, pp. 99-116.

REMY J. (1995), *Georg Simmel: Ville et modernité*, Paris, L'Harmattan (Coll. "villes et entreprises").

SANSOT P., (1984), *La poétique de la ville*, Paris, Klincksieck esthétique.

SEGAUD M., BONVALET C., BRUN J., (1988), *Logement et habitat. L'état des savoirs*, Paris, Editions de la Découverte.

SILVA Manuela et al (1989), *Pobreza Urbana em Portugal*, Coleção Caritas, n.º 13, Lisboa

SILVANO F., (1997), *Territórios da identidade*, Oeiras, Celta.

VANT A., (1986), *Marginalité sociale. Marginalité spatiale*, Paris, CNRS.

VILAÇA Eduardo, GUERRA Isabel (1994), "Os actores sociais e a degradação do parque habitacional em Lisboa", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 15, pp. 79-98, ISCTE, Lisboa

Braga, 15 de Junho 2000